



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Dayse Cristina Nunes do Nascimento

**OS SUPERVISORES DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E A
PRÁTICA DA PESQUISA**

CAMPINA GRANDE/PB

DEZEMBRO/2012

Dayse Cristina Nunes do Nascimento

**OS SUPERVISORES DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E A
PRÁTICA DA PESQUISA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Lúcia Maria Patriota

CAMPINA GRANDE/PB

DEZEMBRO/2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA 01 – UEPB

N244s Nascimento, Dayse Cristina Nunes do.

Os supervisores de estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba e a prática da pesquisa./ Dayse Cristina Nunes do Nascimento. – 2012.

27f.; il, color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Prof. Ms. Lúcia Maria Patriota, Departamento de Serviço Social”.

1. Pesquisa. 2. Estágio Supervisionado 3. Serviço Social I.
Título.

21. ed. CDD 361

PARECER FINAL

A banca examinadora, instituída de acordo com a Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso aprovado no Colegiado do Curso de Serviço Social da UEPB, após a defesa, seguida de uma análise do artigo apresentado, resolve considerá-lo SATISFATÓRIO, atribuindo ao aluno (a) NOTA 10,0.

Aluno (a): DAYSE CRISTINA NUNES DO NASCIMENTO

Artigo: OS SUPERVISORES DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E A PRÁTICA DA PESQUISA

Data da Defesa 06 / 12 / 12

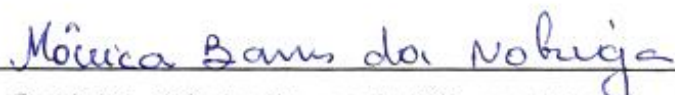
Campina Grande – PB, 06 de 12 de 2012.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Ms. Lúcia Maria Patriota (Orientadora)

Mestre em Saúde Coletiva



Prof^ª. Ms. Mônica Barros da Nóbrega (Examinadora)

Prof^ª. Universidade Estadual da Paraíba/Mestre em Serviço Social



Prof^ª Ms. Francisca Rodrigues Mascena (Examinadora)

Prof^ª. Universidade Estadual da Paraíba/Mestre em Educação

AGRADECIMENTOS

A minha família, que me deu o apoio e incentivo necessários para trilhar os meus caminhos.

Aos meus amigos (as), que ficaram do meu lado ao longo dessa caminhada.

A minha orientadora, Professora Lúcia Patriota, e a Professora Adriana Ferriz que me deram a oportunidade e contribuições que iluminaram a minha formação.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
1. INTRODUÇÃO.....	07
2. SERVIÇO SOCIAL: breve histórico.....	08
3. A PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL.....	11
4. RESULTADOS DA PESQUISA.....	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

OS SUPERVISORES DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA E A PRÁTICA DA PESQUISA

Dayse Cristina Nunes do Nascimento

RESUMO: Este artigo tem como foco a prática da pesquisa nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, campos de estágio supervisionado do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Os objetivos da investigação foram conhecer o papel da pesquisa na prática cotidiana dos supervisores; verificar como a pesquisa é utilizada no cotidiano de trabalho dos referidos profissionais; e, identificar as dificuldades para a utilização da pesquisa no cotidiano profissional. Compreendeu um estudo exploratório e descritivo, com abordagens quanti-qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram 20 assistentes sociais supervisores de estágio supervisionado do referido curso. Constata-se que a pesquisa vem se configurando como um fazer necessário à construção de mediações competentes dos profissionais supervisores de campo de estágio supervisionado do curso de Serviço Social da UEPB.

PALAVRAS-CHAVE: 1 – Pesquisa 2 – Estágio supervisionado 3 – Serviço Social

SUPERVISORS OF THE STAGE OF OBLIGATORY COURSE OF SOCIAL SERVICES STATE UNIVERSITY AND THE PARAÍBA PRACTICE OF RESEARCH

Dayse do Nascimento Nunes Cristina

ABSTRACT: This article focuses on the practice of research in different spaces socio-occupational fields supervised the Department of Social Work at the State University of Paraíba. The goals of the research was to understand the role of research in everyday practice supervisors; verify how research is used in the daily work of these professionals, and identify the difficulties for research use in daily work. Included an exploratory and descriptive study, with quantitative and qualitative approaches. The study subjects were 20 social workers supervisors supervised the said course. It appears that the research has shaped up as a how for the construction of mediations competent professional field supervisors of supervised course of Social UEPB.

KEYWORDS: 1 - Research 2 - Supervised Internship 3 - Social service

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte da pesquisa intitulada “A pesquisa na prática cotidiana dos supervisores de estágio curricular do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba”, (NASCIMENTO, 2012), que foi desenvolvida junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na cota 2011/2012, como parte do projeto integrado Pesquisa e Serviço Social.

O interesse pela temática surgiu durante o cumprimento do componente curricular Pesquisa em Serviço Social II, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Essa aproximação nos conduziu a reflexão em torno do complexo campo do conhecimento e sua intercessão com o Serviço Social.

Os objetivos da investigação foram conhecer o papel da pesquisa na prática cotidiana dos supervisores; verificar como a pesquisa é utilizada no cotidiano de trabalho dos referidos profissionais; e, identificar as dificuldades para a utilização da pesquisa no cotidiano profissional.

A pesquisa compreendeu um estudo exploratório e descritivo, com abordagens quanti-qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram 20 assistentes sociais supervisores de estágio supervisionado do referido curso, que participam do Projeto de Extensão de Formação Permanente em Supervisão de Estágio em Serviço Social, desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social. Para coleta de dados foi utilizado um questionário e os dados da pesquisa foram submetidos à análise temática de conteúdo.

Esperamos com o presente estudo fomentar discussões no âmbito acadêmico e fora dele, nos espaços sócio-ocupacionais, de modo que a pesquisa possa não só ser compreendida na sua importância, mas utilizada pela categoria no dia a dia do trabalho, conforme previsto no Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993). Afinal a atitude investigativa é o que favorece ao assistente social o rompimento com o pragmatismo e proporciona a inquietação e reflexão constantes, determinando assim uma prática profissional coerente e consistente, valendo-se o profissional da intencionalidade e do planejamento, provocando ações com alcance social.

O trabalho está estruturado em três itens. No primeiro será apresentado um breve histórico do Serviço Social; no segundo vamos discutir a pesquisa no Serviço Social, trazendo um pouco da trajetória de inserção da mesma na formação e prática profissional; e, no terceiro item, trazemos os resultados da pesquisa. Por fim, tecemos as nossas considerações finais.

2. SERVIÇO SOCIAL: breve histórico

O Serviço Social surgiu no Brasil na década de 1930, ligado a Igreja Católica que tinha como principal objetivo a recristianização da sociedade por meio do vasto movimento conhecido como Reação Católica. Através deste movimento eram desenvolvidas ações de caridade e benevolência por parte das mulheres da alta sociedade que ficaram conhecidas como “Damas de Caridade”. Data deste período a gênese da “questão social” que de acordo com Yamamoto e Carvalho (2008, p.77):

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Com o processo de industrialização iniciando-se no referido período em substituição ao modelo econômico agro-exportador e o crescimento da população nas áreas urbanas, identifica-se o agravamento da “questão social”, havendo a necessidade de intervenção por parte do Estado para conter o movimento da classe proletariada que reivindicava melhores condições de vida, moradia, trabalho e saúde. O Estado passa então a criar mecanismos de controle por meio de políticas sociais para dar respostas às manifestações da “questão social” e busca com isso uma mão de obra especializada que possa contribuir para a manutenção da ordem vigente. É em meio a esse processo

que surgem as primeiras escolas de Serviço Social, em 1936, em São Paulo e, em 1937, no Rio de Janeiro.

Na década de 1940 o Serviço Social passa pelo processo de institucionalização e legitimação da profissão, a partir do surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais e previdenciárias, criadas pelo Estado, fato que implicará diretamente na expansão do mercado de trabalho para o assistente social. Nesse momento, no Brasil, a profissão recebe influência norte-americana e passa a utilizar, em sua prática, as abordagens de caso, grupo e desenvolvimento de comunidade. É um período no qual:

[...] o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais (IAMAMOTO, 2008, p.31).

Nos anos de 1950 o serviço social encontrava-se consolidado e reconhecido na divisão sociotécnica do trabalho, integrando a população às regras governamentais desenvolvimentistas (RODRIGUES; FÉRRIZ; NASCIMENTO, 2011).

Nas décadas de 1960 e 1970 ocorre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e na América Latina com o intuito de romper com o conservadorismo na profissão. Segundo Netto (2007), no Brasil, o movimento baseou-se em três direções/ perspectivas que constituíram o processo de renovação: a perspectiva modernizadora; a perspectiva de reatualização do conservadorismo; e a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional.

Em consonância com o processo de renovação, o Serviço Social brasileiro tenta se aproximar do marxismo na tentativa de renúncia ao conservadorismo que caracterizava a profissão. No entanto essa aproximação não se deu de forma direta, o que se constituiu em um “marxismo sem Marx”. Netto registra que:

Em meados dos 1970, a renovação profissional materializada na Reconceituação viu-se congelada: seu processo não decorreu por mais de uma década. E seu ocaso não se deveu a qualquer esgotamento ou exaurimento imanente; antes, foi produto da brutal repressão que então

se abateu sobre o pensamento crítico latino- americano [...] (NETTO, 2005, p.10).

Também se registra no período a inserção dos cursos de Serviço Social no âmbito acadêmico, impulsionando um forte debate sobre a formação profissional. Destacamos a realização, em 1979, do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais conhecido como o “Congresso da Virada”, movimento de oposição à direção conservadora na profissão (SILVA, 1995).

Nos anos 1980 ocorre a consolidação da pesquisa no Serviço Social e o seu reconhecimento por parte das principais agências de fomento à pesquisa no país, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como produtora de conhecimento. Conforme registros de Netto:

[...] a década de oitenta assinalou a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica. Nesse decênio, desenvolveu-se, no interior da categoria, uma “divisão de trabalho” (uma especialização) que é própria das profissões amadurecidas: a criação de um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimentos (NETTO, 1996, p. 112).

É um momento de maturidade da profissão que busca estabelecer novas bases de compreensão do seu passado histórico para posicionar-se em relação às demandas sociais apresentadas de forma complexa que o situam no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho (BOURGUIGNON, 2007).

Nos anos de 1990 o Serviço Social é marcado pela ampliação do seu campo de atuação profissional, trazendo à tona a discussão e materialização do projeto ético-político por meio da Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão, do Código de Ética Profissional de 1993 e das Diretrizes Curriculares de 1996, resultantes do posicionamento crítico da categoria diante das novas configurações apresentadas pelo neoliberalismo e pelo capital. Segundo lamamoto (2003, p. 51):

Os assistentes sociais ingressam nos anos de 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento. Por outro lado, amadurecem suas formas de representação político-corporativas, contando com órgãos de representação acadêmica e profissional, reconhecidos e legitimados.

As Diretrizes Curriculares de 1996 evidenciam um significativo avanço na formação profissional dos assistentes sociais ao adotar uma perspectiva de “visão crítica comprometida com a transformação social”. Houve a busca de estruturação da formação em articulação com a teoria-história-metodologia-pesquisa, para formar estudantes com base nas análises críticas à sociedade capitalista (FALEIROS, 2005).

Mesmo com os significativos avanços da profissão, o Serviço Social, na década de 1990 e na entrada século XXI, passa por um processo contraditório no qual enfrentou o desafio de compreender a lógica do capitalismo contemporâneo o qual trouxe mudanças no mundo do trabalho, afetando os sistemas de proteção social e política social. Ele é “desafiado a compreender e intervir” nas novas configurações e manifestações da “questão social” (CARVALHO; SILVA, 2005).

A conjuntura atual coloca novos desafios para o Serviço Social na concretização do seu projeto profissional, que são resultantes do avanço do Neoliberalismo e do capital sobre as relações sociais, trazendo a tona o processo de precarização das relações de trabalho (terceirização, contratos parciais e temporários, etc.) e a expansão da divisão do trabalho e da propriedade privada. Em meio a essas novas configurações no mundo do trabalho o assistente social é desafiado a reafirmar/consolidar o projeto ético-político, enquanto instrumento de luta em favor da classe trabalhadora.

De acordo com Iamamoto (2007) podemos verificar na atualidade uma tensa relação entre o projeto profissional e a condição de trabalhador assalariado do assistente social que desde a década de 1980 tem a sua profissão reconhecida como especialização do trabalho e passa a ser considerado um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho.

3. A PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL

A produção de conhecimento no Serviço Social não se fez presente nos primórdios da profissão. De acordo com Nóbrega e Fonseca (2011, p.174):

Embora tenha surgido no Brasil nos anos 1930 e se institucionalizado na década de 1940, apenas nos anos de 1970, na vigência da ditadura militar no país, é que a produção de conhecimento nesta área inicia-se,

justamente quando são criados os primeiros cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais e, particularmente, em Serviço Social. Fato que expressa a sua jovialidade nesta trajetória.

É somente após o processo de reconceituação que a categoria busca questionar sua “base científica” trazendo a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social (SPOSATI, 2007). Ocorreu nesse período o início de um amplo debate em torno da pesquisa como forma de apreensão da realidade que viria a colaborar com a prática dos assistentes sociais.

A relação do Serviço Social com a pesquisa, conforme Iamamoto (2003) surge em função de um processo de mudanças da sociedade em diversos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, que resultam em um conjunto de problemáticas que exigem novas respostas profissionais. Dessa forma, coube ao Assistente Social a busca de tais respostas através da pesquisa com a finalidade de compreender a realidade social propondo ações visando minimizar as manifestações da questão social.

A pesquisa se legitima no Serviço Social, a partir da disseminação dos cursos de Pós-Graduação no Brasil, na década de 1980, por meio do movimento de reflexão que norteou os debates da categoria profissional em torno do seu amadurecimento intelectual.

De acordo com Bourguignon (2007, p. 47):

A década de 80 marca o reencontro do Serviço Social consigo mesmo, no que se refere à busca de estabelecimento de novas bases para a compreensão do seu passado histórico, das particularidades de sua posição quanto às demandas sociais, cada vez mais complexas, situando-se no âmbito da divisão sócio técnica do trabalho.

Dessa forma, os anos 1980 são marcados por uma etapa de maturação da profissão, em um momento de redemocratização do país, sendo a universidade uma “protagonista” desse processo, passando a exigir da profissão, progressivamente, a vinculação do ensino à pesquisa e à extensão.

Com o reconhecimento institucional por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), abriu-se a possibilidade de financiamento da pesquisa em Serviço Social incentivando os

alunos de graduação a tornarem-se pesquisadores inscritos no CNPq (SPOSATI, 2007). Com a criação de programas institucionais como o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) foi fortalecida a preparação para a pesquisa no processo de formação dos discentes da área.

Com a materialização e discussão do projeto ético-político da profissão nos anos de 1990 há uma visível preocupação em dar respostas às novas problemáticas presentes na atuação e formação profissional. Neste período por meio da reforma curricular e das Diretrizes Curriculares de 1996 podemos presenciar um salto qualitativo na formação trazendo as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa como componentes da competência profissional do Serviço Social, com natureza pluralista e orientada pela tradição marxista.

Esses e outros momentos da história do Serviço Social foram primordiais para a construção do conhecimento que viria a auxiliar os profissionais da área a utilizar a crítica como forma de enfrentamento das questões postas pela sociedade no âmbito político, econômico e social e atuar de maneira mais consistente. Segundo Buorguignon (2007, p.50):

A prática da pesquisa no Serviço Social se põe como construção histórica que se processa na medida em que a profissão enfrenta as demandas sociais decorrentes do agravamento da questão social, em suas múltiplas manifestações, tendo como referência a perspectiva teórico-metodológica crítica que sustenta a produção de conhecimento e a intervenção na profissão.

Para que o profissional atue transformando uma dada realidade, ele precisa buscar na essência respostas que o irão auxiliar em sua intervenção prática. Com a atitude investigativa ele poderá olhar para além do que está posto e desvendar as relações existentes no cotidiano, o levando a atuar de forma consistente e coerente.

São muitas as questões possíveis de serem levantadas pelas mentes inquietas existentes no Serviço Social. Por isso é que se vê como necessário o desenvolvimento da prática investigativa, não apenas para cumprir exigências institucionais de ordem acadêmica, mas também para cumprir exigências do Serviço Social como profissão historicamente situada (SETUBAL, 2007, p.66).

Nas instituições em que o assistente social atua, ele tem acesso a muitos dados que poderiam ajudar na sua prática cotidiana e que também poderiam ser usados para produzir conhecimentos, mas muitos profissionais não o utilizam com esse intuito.

Orientado pelo compromisso ético-político, o conhecimento construído pelos profissionais precisa ganhar força social e romper com os muros da academia e do próprio serviço social, para ser capaz de, através de uma prática crítica e propositiva, interferir nas condições de vida do cidadão (BOURGUIGNON, 2007).

A produção do conhecimento contribui para dar sustentação à prática profissional e aos poucos vai eliminando a idéia de que o Serviço Social é uma profissão eminentemente prática por meio do reconhecimento da obrigatoriedade dos profissionais saberem apreender a realidade para nela introduzir mudanças (SETUBAL, 2007).

Na contemporaneidade o Serviço Social vem tentando fortalecer os profissionais como produtores de conhecimento, e como resultado apresenta uma significativa produção de conhecimento.

Diante do que foi exposto é inaceitável considerar o assistente social, na atualidade, como um mero executor de programas sociais, que serve apenas para dar respostas imediatas às necessidades das populações, com caráter focalistas, paliativos e excludentes. Devemos considerar que:

A pesquisa é um dos procedimentos teórico-metodológicos que, ao ser incorporado à prática profissional, poderá levar o assistente social a reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida (SETUBAL, 2007, p.70).

É a partir do reconhecimento que a pesquisa científica assume no interior do Serviço Social que ela passa a ser considerada como “um dos caminhos que abre novos horizontes a sua prática” (SETUBAL, 2005), trazendo um tom de qualidade a ação junto às instituições em que atua.

Com a subordinação da educação ao capital há uma crescente preocupação com a qualidade do ensino superior no Brasil que é apresentada nas reflexões de lamamoto (2007) quando ela coloca que o ensino universitário tende a ser reduzido ao “treinamento, á transmissão de

conhecimentos e ao adestramento”. Acredita-se que a pesquisa tende a ser deslocada exclusivamente para a pós-graduação, comprometendo assim, no ensino graduado, a formação de quadros acadêmicos e profissionais dotados de competência crítica.

4 - RESULTADOS DA PESQUISA

Reiteramos que os resultados aqui apresentados compõem parte do Relatório de Iniciação Científica, PIBIC cota 2011/2012 (NASCIMENTO, 2012). A coleta de dados da pesquisa ocorreu no mês de novembro de 2011, momento em que ocorria uma das atividades do Curso Formação Permanente em Supervisão de Estágio em Serviço Social, desenvolvido no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, através do Projeto de Extensão.

Dos 29 assistentes sociais supervisores de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social da UEPB no período 2011.2, vinte responderam ao instrumento de coleta de dados, totalizando uma amostra de 68,9% do universo.

Os dados da pesquisa evidenciam uma tendência histórica no serviço social: o predomínio do sexo feminino. Neste estudo 100% da amostra é de mulheres. Tal evidência também se revelou em pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2005) sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, a mesma revelou que do total de assistentes sociais no país 97% são do sexo feminino e apenas 3% do sexo masculino.

Destacamos que este dado é evidenciado desde a formação acadêmica. De acordo com Censo do Ensino Superior realizado em 2003, o curso de Serviço Social lidera com maior percentual feminino com um total de 93,8% de mulheres matriculadas (IAMAMOTO, 2007).

No curso de Serviço Social da UEPB, no ano de 2011, dos 524 alunos matriculados 50 são homens e 474 são mulheres, confirmando a média nacional de maioria do sexo feminino no curso (RODRIGUES; FÉRRIZ; NASCIMENTO, 2011)

Quanto à faixa etária das entrevistadas observou-se que do total de 20 entrevistadas 10,0% têm entre 20 a 29 anos de idade, 20,0% de 30 a 39 anos,

35,0% de 40 a 49 anos, 30,0% de 50 a 59 anos e 5,0% mais de 60 anos, conforme nos revela a Tabela 1 apresentada abaixo:

Tabela 1: Idade dos sujeitos

IDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
20 – 29 anos	02	10,0
30 – 39 anos	04	20,0
40 – 49 anos	07	35,0
50 – 59 anos	06	30,0
Mais de 60 anos	01	5,0
Total	20	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2011

Com relação à faixa etária identificou-se uma variação de 20 a 60 anos, no entanto, se evidencia que as entrevistadas encontram-se numa idade mais amadurecida, 65% delas estão entre 40 a 59 anos, somadas as faixas etárias de 40 a 49 e 50 a 59.

A já citada pesquisa sobre o perfil do assistente social no Brasil (CFESS, 2005) constata que as idades prevalentes no grupo em foco encontram-se nas faixas entre 35 a 59 anos, com 63%, dado que não se diferencia do identificado em nossa amostra.

Quanto ao tempo de formação profissional dos sujeitos, 15,0% têm menos de 5 anos, 25,0% entre 5 e 10 anos, 35,0% entre 11 e 19 anos e 25,0% tem mais de 20 anos de formação, conforme nos mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Tempo de formação profissional dos sujeitos

TEMPO DE FORMAÇÃO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Menos de 5 anos	03	15,0
Entre 5 e 10 anos	05	25,0
Entre 11 e 19 anos	07	35,0
Mais de 20 anos	05	25,0
Total	20	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2011

Conforme pode ser visto na tabela acima, predomina entre os sujeitos pesquisados um grupo de profissionais com um tempo maior de formação – 60% nas faixas entre 11 a 19 anos e mais de 20 anos.

Esse dado assume grande relevância no contexto da discussão aqui proposta: a produção do conhecimento e a pesquisa no serviço social, visto que o destaque dado a esses dois processos no serviço social remonta a um período um tanto quanto recente – anos 1980 – e a presença da pesquisa nos cursos de graduação está fortemente relacionado à implementação das Diretrizes Curriculares de 1996, muito embora no currículo de 1982 a pesquisa já apareça como disciplina básica.

Queremos chamar a atenção para o fato de que se 25% dos sujeitos pesquisados concluíram seus cursos de graduação a mais de 20 anos, é pouco provável que esses profissionais, hoje supervisores de estágio, tenham tido no momento de suas formações um contato direto com a pesquisa, visto que as Diretrizes Curriculares de 1996 ainda não haviam sido implantadas.

Destacamos, ainda, o fato de que, de acordo com levantamento realizado junto ao acervo da biblioteca setorial do referido curso¹, dos 1.597 TCCs produzidos ao longo dos seus 54 anos de existência, apenas 333 foram elaborados com base em pesquisa, havendo uma inversão da intervenção para a pesquisa apenas nos anos 2000, quando foram produzidos 308 TCCs resultantes de pesquisa, ou seja, nos últimos 13 anos do curso é que a pesquisa vai deixando de ser considerada meramente como matéria básica, sendo concebida como um dos princípios e uma condição da formação profissional, devendo perpassá-la.

A área de atuação das profissionais entrevistadas é bastante variada, tendo 45,0% atuando na área da Assistência no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), 25,0% na área da Saúde, 15,0% na área da Infância e Juventude, 5,0% na área da Educação, 5,0% na área da Segurança Pública e 5,0% em Organização Não-Governamental (ONG), como demonstra a Tabela 3.

¹ Pesquisa documental realizada por discentes e docentes do curso Serviço Social nos anos de 2006, 2007 e 2011, com o objetivo de fazer um levantamento da produção do conhecimento no curso de Serviço Social da UEPB a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) elaborados no período que compreendeu as décadas de 1960 a 2000.

Tabela 3: Área de atuação profissional

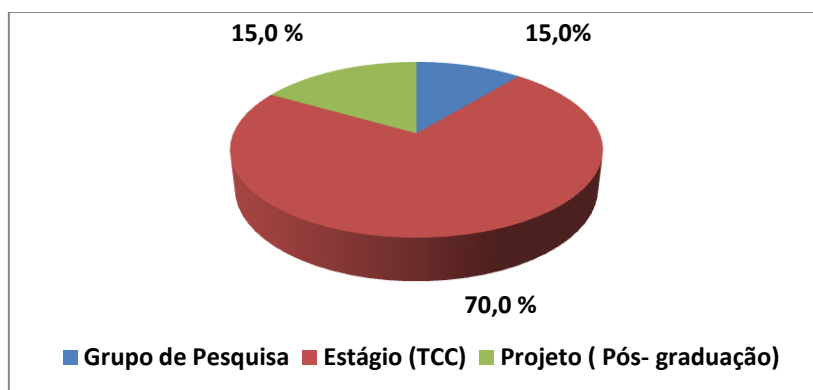
ÁREA DE ATUAÇÃO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
CRAS	09	45,0
Saúde	05	25,0
Infância e Juventude	03	15,0
Educação	01	5,0
Segurança Pública	01	5,0
ONG	01	5,0
Total	20	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2011

Conforme visto na tabela anterior os profissionais envolvidos na pesquisa estão inseridos em serviços/áreas de significativa vulnerabilidade social, onde as múltiplas expressões da questão social estão presentes. Nas instituições em que o assistente social atua, ele tem acesso a muitos dados que se analisados poderiam ajudar na sua prática cotidiana e que também poderiam ser usados para produzir conhecimentos. São nestes contextos que também estão inseridos os estagiários de Serviço Social, os quais encontram nestes espaços a oportunidade do exercício da investigação da realidade e da síntese da relação teoria-prática, através da interlocução entre a universidade e o mundo do trabalho.

Quando questionadas sobre o contato que tiveram com a pesquisa, 15,0% responderam que participaram de grupos de pesquisa, 70,0% que tiveram contato durante seu estágio supervisionado como requisito para a elaboração do TCC e 15,0% quando elaboraram o projeto de pesquisa para elaboração do TCC fora do campo de estágio por meio da Pós-graduação, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Contato com a pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2011

O dado revelado acima evidencia que o estágio supervisionado tende a ser uma experiência que oferece a rica, e às vezes única, oportunidade do exercício da pesquisa no processo de formação. Apresentar ao discente de serviço social a importância da pesquisa na prática profissional deve ser uma preocupação constante na formação profissional e o espaço do estágio obrigatório é de suma importância nesse processo, uma vez que é nesse momento que o graduando utiliza e percebe o conhecimento sobre pesquisa trabalhado nas disciplinas anteriores, ao iniciar um processo de observação e investigação sobre a atuação profissional, conforme pontua Burriola (2006).

Lewgoy (2009) também aponta para a necessidade de um processo de formação, cuja produção científica seja fomentada ainda na graduação e voltado para o desenvolvimento de competências que busquem captar as distintas formas de expressão e de requisições da realidade social. Para a autora é preciso saber criticar, propor, criar, atualizar-se, processos esses limitados sem o exercício da pesquisa.

Quanto às concepções de pesquisa identificadas nas falas dos sujeitos verificamos que a mesma é entendida por alguns como um meio para análise/compreensão/apreensão do real, como se verifica nos depoimentos abaixo:

A pesquisa configura-se como instrumento de análise/investigação de situações que compõe a realidade, a fim de compreendê-las [...] (Entrevistada 02)

Uma forma de apropriação da realidade na qual se pretende intervir. (Entrevistada 05)

Um estudo que se faz quando queremos conhecer uma realidade ou quando queremos avaliar as mudanças ocorridas numa determinada realidade [...] (Entrevistada 07)

Pesquisa é a maneira de conhecer uma realidade social. (Entrevistada 08)

É uma maneira de obter conhecimentos a respeito de algo. (Entrevistada 12)

Uma forma de entender a realidade de um certo público [...] (Entrevistada 20)

Conforme Bourguignon (2008), indagar-se, questionar-se, perguntar-se pelo desconhecido constitui parte da natureza humana, pesquisar faz parte da natureza humana e como condição ontológica está presente nas intenções e ações humanas, no entanto, a autora chama a atenção para o fato de que a esse processo – digamos natural – deve-se dar uma direção teórico-crítica buscando, de fato, compreender a realidade em suas múltiplas manifestações. Suas reflexões reiteram constantemente o fato de que pesquisa não se faz sem esforço e orientação teórico-metodológico.

Ainda de acordo com a citada autora é preciso que o profissional de serviço social conheça a realidade em sua complexidade e, através de diálogo permanente com ela, aprenda e construa categorias explicativas que orientem o seu fazer profissional, e isso não nos foi possível identificar nas falas dos sujeitos aqui abordados. Pesquisar é mais que levantar elementos da realidade, trata-se de descobrir e/ou redescobrir verdades, olhando sistematicamente a realidade, é mais que sistematizar, é problematizar.

Alguns sujeitos deixam evidente que há uma apreensão de elementos postos pela realidade nas quais estão inseridos, mas tais elementos não são problematizados, são utilizados de forma a orientar a prática imediata.

Estamos sempre sistematizando/ revendo e avaliando nossas ações cotidianas através da construção de documentos elaborados a partir do trabalho realizado (relatórios quantitativos). (Entrevistada 02)

Antes de propor qualquer prática ou atividade na organização, realizamos pesquisa ou consulta de demanda de forma a não impor a prática ao usuário. (Entrevistada 05)

Atualizando dados, estatísticas, informações sobre a área de atuação. (Entrevistada 12)

Conforme visto não se identifica, nas falas apresentadas, elementos que evidenciem a compreensão da pesquisa enquanto produção do conhecimento, enquanto análise crítica das questões presentes no cotidiano profissional, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas e essa postura é fundamental ao assistente social: um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente e nele atuar contribuindo para moldar os rumos de sua história, conforme lamamoto (2003).

Bourguignon (2008) ressalta que a sistematização do conhecimento é um primeiro e importante nível de aproximação à realidade, necessário para que o profissional organize os conhecimentos específicos de sua área de atuação, identifique demandas da população com a qual trabalha, mas destaca a importância de se buscar um nível mais elevado – o da busca de construção de conhecimento em torno de um objeto específico, problematizando-o.

Muito embora os sujeitos pesquisados tenham sido unânimes em afirmar a existência da relação serviço social x pesquisa e que a grande maioria (85%) considere que a pesquisa faz parte do seu cotidiano profissional, observamos que os mesmos não têm efetivamente realizado pesquisas. Há um esforço por parte de alguns em levantar dados sobre a realidade, em sistematizar dados do cotidiano profissional, em coletar informações, em elaborar diagnósticos sobre a realidade na qual estão inseridas, entretanto sem tratamento desses dados de alguma forma, conforme podemos ver nas falas abaixo:

A pesquisa que me refiro não tem um objetivo de divulgação científica, mas no espaço institucional tem contribuído para uma melhor compreensão do público com o qual trabalhamos. (Entrevistada 13)

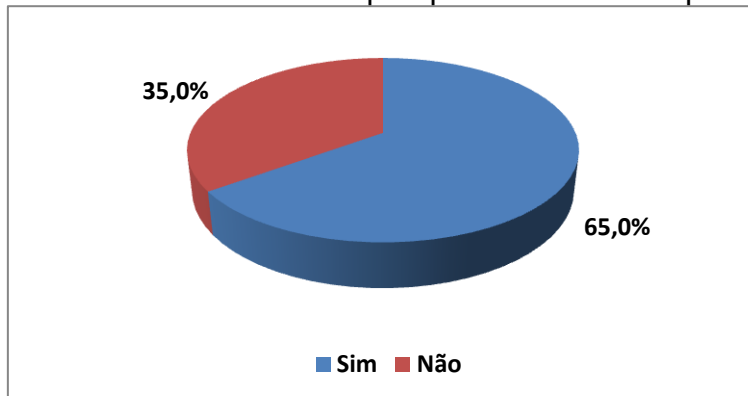
A mensuração de vários segmentos como: opiniões; idade; sexo; classificação socioeconômica, bairro onde mora. (Entrevistada 16)

O cotidiano não permite uma pesquisa elaborada. (Entrevistada 20).

No que se refere à realização de pesquisas no âmbito profissional, 65,0% dos sujeitos afirmaram que as desenvolvem, enquanto 35,0%

responderam que não desenvolvem pesquisas no seu cotidiano profissional, conforme visto no Gráfico 2.

Gráfico 2: Desenvolvimento de pesquisa no cotidiano profissional



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2011

Para o serviço social, seja na área acadêmica ou na área de intervenção profissional, é imprescindível a utilização da pesquisa como instrumento que possibilite sistematizar o conhecimento dos fatos e apontar direções para a atuação do assistente social.

Quando indagadas sobre as dificuldades para a utilização da pesquisa no cotidiano profissional o fator tempo aparece com muito destaque nas falas das pesquisadas, conforme se verifica abaixo:

O tempo limitado. (Entrevistada 02).

A necessidade de termos que dividir nossa carga horária entre 02 vínculos o que vem a diminuir nossa carga horária e automaticamente o tempo para desenvolvermos e analisarmos caso a caso nossas atividades perante os usuários, profissionais e familiares, isso inviabiliza a pesquisa. (Entrevistada 06)

A falta de tempo. (Entrevistada 11).

O tempo é curto para atender a todas as demandas diárias no trabalho. Pelo fato de ter apenas eu como profissional e muitas atividades paralelas para organizar [...] (Entrevistada 12).

A impossibilidade de atuar em um único espaço institucional, já que por se tratar de escola tenho que me deslocar a 4 unidades. (Entrevistada 13)

A aplicabilidade, devido o número excessivo de atribuições, a pesquisa só é possível com o auxílio de acadêmicos e/ou estagiários. (Entrevistada 16).

O cotidiano não permite uma pesquisa elaborada. (Entrevistada 20).

De fato a cotidianidade do processo de trabalho, de forma geral, apresenta uma multiplicidade de atividades que, ao se tornarem rotineiras e “programáveis”, correm o risco de ofuscar o exercício do pensar sobre o que é realizado, sobre a própria realidade que nos cerca. As mudanças no mundo do trabalho repercutem diretamente no fator tempo (LEWGOY, 2009).

A grande maioria dos profissionais de serviço social encontra-se inserida em contextos de trabalho precarizados que os obrigam a ter mais de um vínculo de trabalho, onde tudo depende de prazos, horários, datas, enfim, não se tem, de fato, condições objetivas e materiais para o exercício da pesquisa. Neste processo, a profissão sofre determinações estruturais que, contraditoriamente, tanto a desafiam, como, por vezes, lhe criam barreiras, impedindo que na singularidade da prática profissional, muitos profissionais ainda não percebam a vinculação orgânica entre intervenção/investigação.

Também é posto pelas pesquisadas como um elemento dificultador à prática da pesquisa as limitações decorrentes do processo de formação:

Primeiramente, limitações na formação e a incompreensão acerca da importância da pesquisa para a atuação profissional. (Entrevistada 04).

Reiteramos a importância do processo de formação na construção de um profissional pesquisador. Setúbal (2005) assevera que não podemos considerar a pesquisa apenas como resultante da formação da pós-graduação, pois estaríamos desconsiderando a necessária sistematização dialética para a intervenção profissional, ou seja, a pesquisa é indispensável ao assistente social em toda ação, seja na produção de uma tese na universidade ou na análise socioeconômica na instituição social, no seu cotidiano profissional.

Para Bourguignon (2008) a pesquisa envolve um processo de investimentos em formação profissional. A graduação é vista pela autora como espaço essencial para o desenvolvimento da atitude investigativa, destacando o momento de construção do Trabalho de Conclusão de Curso e do próprio estágio.

Cabe destacar que no âmbito do Serviço Social, a pesquisa passa a ocupar um lugar de destaque a partir da incorporação do que colocam as Diretrizes Curriculares de 1996 no que se refere à relação indissociável entre a prática investigativa e a interventiva. Apesar dos assistentes sociais, historicamente, serem identificados como interventores por excelência, as atuais Diretrizes Curriculares que orientam a formação profissional entendem que sem a investigação o profissional não é capaz de desenvolver leituras competentes da realidade que possibilitem à compreensão das expressões da questão social em sua totalidade.

Bourguignon (2008) ressalta que nem todos os profissionais conseguem manter viva a atitude investigativa e trabalhar a pesquisa em seu espaço institucional, visto que as exigências do mercado de trabalho ou as próprias exigências institucionais impedem uma prática em que a pesquisa esteja a ela vinculada. Tal fato é bem destacado nas falas de nossas pesquisadas:

Não há oportunidade. (Entrevistada 08).

A importância (da pesquisa) é impar, porém, a prática não é fácil.
(Entrevistada 14).

O cotidiano não permite uma pesquisa elaborada. (Entrevistada 20).

Não somos ingênuos em pensar que tudo já foi conquistado e que a pesquisa se efetiva de fato em todas as unidades de ensino e nos espaços sócio-ocupacionais como mecanismo de “análise das situações concretas”. Estamos convictos de que ainda há muito a se avançar no quesito prática investigativa no Serviço Social, entendemos que a prática de pesquisa no Serviço Social é algo que está em construção, e, há uma necessidade de expansão dessa prática visto que o capitalismo se reinventa com rapidez e as expressões da questão social se agravam no mesmo ritmo.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo considerando todos os avanços no que se refere à pesquisa no serviço social, esta ainda vem sendo feita de maneira lenta e penosa. A falta de tradição, assim como a escassez de recursos disponíveis, mostra que, infelizmente a pesquisa no cotidiano dos profissionais ainda é escassa, desarticulada e pouco expressiva.

De fato pode-se considerar que houve no serviço social avanços significativos no que se refere à pesquisa, mas existem ainda muitas barreiras, sendo necessária uma conscientização dos profissionais no sentido de compreender a real importância da busca de conhecimento, bem como o incentivo por parte das universidades e instituições, enfim, um trabalho articulado, que tenha como horizonte uma atuação eficaz e competente nos diferentes espaços de trabalho onde o assistente social está inserido.

Em meio a uma conjuntura/estrutura de crise, situamos a necessidade de realização de investigações que possibilitem o “desvelamento” da realidade social, ou seja, é urgente a realização de pesquisas e estudos acerca do agravamento das expressões da questão social – objeto de estudo e de intervenção dos assistentes sociais. Não há dúvidas de que a crise contemporânea da sociabilidade capitalista tem ampla e profunda repercussão na órbita das políticas sociais, com suas conhecidas tendências de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão, contexto no qual se situa o fazer profissional do assistente social e que requer entender e atribuir visibilidade às derivações desses processos nos diferentes momentos e segmentos da vida social (IAMAMOTO, 2007).

No âmbito do Serviço Social, a pesquisa passa a ocupar um lugar de destaque a partir da incorporação do que colocam as Diretrizes Curriculares de 1996 no que se refere à relação indissociável entre a prática investigativa e a interventiva. Nesse sentido, a pesquisa vem se configurando, no Serviço Social, como um fazer necessário à construção de mediações competentes dos profissionais que ultrapassam o âmbito do imediatismo e do pragmatismo e avançam na construção de práticas profissionais em consonância com o direcionamento ético-político assegurado pelo conjunto legal que representa o

resultado de todo o processo histórico de renovação da profissão e recusa intransigente do conservadorismo e do assistencialismo.

Conforme pontua Iamamoto (2003), somente alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano, em meio a todas as limitações que lhes são postas, tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. A pesquisa é caminho essencial para o desvelamento da realidade e construção de ações compatíveis com as necessidades dos usuários.

6. REFERÊNCIAS

BOURGUIGNON, J. A. A particularidade histórica no serviço social. **Revista Katálistys**, Florianópolis: v. 10, n.esp., p. 46-54, 2007.

_____. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Editora Veras; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008.

BURRIOLA, M. A. F. **O Estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. O. da S. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo; Cortez, 2005.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]. Brasília: CFESS, 2005.

FALEIROS, V. de P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.84, São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metológica**. São Paulo: Cortez; CELATS, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007

LEWGOY, A. M. B., Estágio, Ética e Pesquisa: desafios para a formação profissional. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS- ano IX, n.17, Brasília: ABEPSS, 2009.

NASCIMENTO, D. C. do. **A pesquisa na prática cotidiana dos supervisores de estágio curricular do curso de Serviço Social da UEPB**. [manuscrito]. Campina Grande, 2012.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2007

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.84, São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.50, São Paulo: Cortez, 1996.

NÓBREGA, M., FONSECA, C.. Produção de conhecimento científico: a particularidade do Serviço Social brasileiro. Revista **Ser Social**: Brasília, Vol. 12, N. 27, 2011.

RODRIGUES, N. J. G. A.; FÉRRIZ, A. F. P.; NASCIMENTO, D. C. N. do. Gênero e serviço social: a prevalência da mulher nas cinco décadas de existência do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. In: **III Seminário Nacional: gêneros e práticas sociais**. João Pessoa, 2011.

SILVA, M.O da S. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálisys**: Florianópolis, v. 10, n.esp., p.64-72, 2007.

SPOSATI, Aldáiza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálisys**: Florianópolis, v. 10, n.esp., p.15-25, 2007.